

Artigo recebido em 10/04/2023 e aprovado em 25/04/2023.

**Sobre a “nação” e o impacto da etnologia  
nas reflexões de Marx e Engels\*\***

**Resumo:**

Realizamos uma investigação sobre o termo nação na Marx/Engels Collected Works (MECW), com o objetivo de compreender as variações nas reflexões dos autores sobre os temas “nação” e “nacionalismo” ao longo do tempo. Durante o processo de pesquisa, ficou evidente o impacto dos estudos etnográficos, que ganharam força no final da década de 1860, sobre a perspectiva de Marx e Engels. Destaca-se, neste sentido, a inversão de valores que os pensadores alemães realizaram na dicotomia ocidental “civilização e barbárie”, além da afirmação de uma dimensão positiva do “comunismo primitivo”.

**Palavras-chave:**

Karl Marx; Friedrich Engels, nação, etnografia, antropologia.

---

\* Professor do curso de C. Sociais da UFRR e pesquisador junto ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF).

\*\* Este artigo é a síntese dos resultados estudos que compuseram o capítulo “Nação”, em nossa tese doutoral.

**Abstract:**

*We conducted an investigation into the term "nation" in the Marx/Engels Collected Works (MECW) in order to understand the variations in the authors' reflections on the topics of "nation" and "nationalism" over time. During the research process, the impact of ethnographic studies, which gained strength in the late 1860s, on Marx and Engels' perspective became evident. Notably, the German thinkers performed a reversal of values in the Western dichotomy of "civilization and barbarism," as well as asserted a positive dimension of "primitive communism".*

**Keywords:**

*Karl Marx; Friedrich Engels, nation, ethnography, anthropology.*

## 1. Introdução

O presente estudo foi realizado como parte de uma exploração arqueológica do debate sobre nação e nacionalismo, termos importantes para os debates marxistas durante o século XX. Partimos da compreensão de que pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels foi revestido por uma aura de autoridade em diversos campos de disputa intelectual, usada por muitos de seus seguidores para legitimar ou desqualificar um dado argumento em contendas políticas, econômicas, filosóficas e sociológicas, entre outras. Um dos resultados mais relevantes deste estudo à reflexão a partir da sociologia, é a desnaturalização de *doxas* que emergiram destas disputas teóricas e no mercado das ideias (SIGAUD, 2007; BOURDIEU, 2018). Buscamos, assim, tomar consciência das questões para além dos escombros ideológicos das guerras e revoluções que, no século XX, foram importantes tanto para difundir quanto distorcer o pensamento de Marx e Engels.

O estudo tem limites e não buscou ser exaustivo. A começar pelo fato de que não pesquisamos em alemão, o que afeta a análise em dois aspectos técnicos principais: 1) o rigor da investigação e a análise dos conceitos ficam prejudicados e limitados às traduções; 2) restringimo-nos a trabalhar com a *Marx/Engels Collected Works* (MECW) e não com a *Die Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA2), essa última edição respeita as línguas em que foram escritos os textos dos autores e contém um aparato técnico mais atualizado (MARXHAUSEN, 2014). Beneficiamos, contudo, do fato de que a MECW está totalmente digitalizada, permitindo realizar filtragens por palavras-chave, para além dos excelentes índices da edição da *Lawrence and*

*Wishart*, o que ajudou a mapear a incidência do tema em textos distribuídos por todo o acervo.

Convém destacar que nosso objetivo aqui não é identificar uma teoria marxista da nação, como tentou Horace Davis (1967 e 1978), até porque nos parece um esforço desnecessário ante os avanços dos estudos sobre nação e nacionalismo realizados por autores como Benedict Anderson (2008), Ernest Gellner (2001) e Antony Smith (2009). Tampouco estávamos preocupados em acompanhar as várias modulações que o problema da nação, nacionalidade e nacionalismo receberam na Segunda e Terceira Internacional Comunistas, ou pelo stalinismo. Queríamos ouvir o que Marx e Engels tinha a dizer sobre o tema ao longo de suas evoluções intelectuais.

Assim, partimos das reflexões filosóficas do jovem Marx, passando pelas problemáticas compreensões sobre o papel das colonizações no desenvolvimento de nações “atrasadas” ou “periférica” como a Índia, o México e a Irlanda – incluindo o uso polêmico da ideia de “povos sem história” durante a Revolução de 1848 – até chegar ao impacto recebido pelos autores, no final de suas vidas, com a ascensão da etnologia como prática científica. Os últimos estudos de Marx foram sobre autores que hoje são considerados clássicos da antropologia, esforço que Engels também realizou e tentou sistematizar com seu estilo e inclinações próprias em *A Origem da Família, Propriedade Privada e do Estado* e em *A Marca*.

## 2. *Desenvolvimento natural*

O termo *nação*, na obra de Marx, não possui a mesma centralidade das formulações que realizou sobre o Estado, a sociedade civil e as classes sociais. A sua utilização foi mais difusa, aparecendo ora como sinônimo de país ou povo, ora em sua forma adjetivada: classe nacional, economia nacional, etc.; o termo ainda aparece como objeto das próprias classes sociais, isto

é, nação do proletariado ou nação burguesa. Dentre suas diversas utilizações, nos deparamos com a ideia de nação *exclusiva e natural*:

A grande indústria [...] criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial [...] Criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares. [...] Destruiu, em geral, a naturalidade, na medida em que isso é possível no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias. No lugar das cidades formadas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas, nascidas da noite para o dia (MECW, 1976A, p. 73).

O autor não associa necessariamente o termo "natural" a um "ser biológico". A "natureza humana" é abordada em uma dimensão genérica e histórica, especificando o ser social como ativo e carente, e estabelecendo as particularidades da atuação humana em uma sociedade e meio ambiente específicos. Assim, o desenvolvimento histórico não planejado é considerado um marco natural (MECW, 1975C, p.276; MECW, 1976A, pp.50-51).

Como esse desenvolvimento se dá naturalmente, isto é, não está subordinado a um plano geral de indivíduos livremente associados, então ele parte de diferentes localidades, tribos, nações, ramos do trabalho etc., que se desenvolvem, de início, independentemente uns dos outros e somente pouco a pouco entram em contato uns com os outros. Além disso, esse desenvolvimento ocorre muito lentamente; as diferentes fases e [os diversos] interesses jamais são plenamente ultrapassados, mas apenas subordinados ao interesse vencedor, e arrastam-se ao lado deste durante séculos (MECW, 1976A, p. 83).

Nos múltiplos contextos nos quais o ser social esteve inserido, desenvolveram-se formas de sociabilidade e ação possíveis e

necessárias, derivadas do processo de intercâmbio entre os indivíduos e o meio (orgânico e inorgânico) (MECW, 1986, pp.400-401). Ao atuar socialmente, transformando o seu meio pelo trabalho, o ser social transformou a si mesmo, ampliando as suas capacidades pelo desenvolvimento de um aparato material — ferramentas e instrumentos —, mas também constituindo uma série de *órgãos sociais* (MECW, 1975C, pp.300-301), pelos quais se articularam as relações humanas em diferentes agrupamentos; dentre eles, as nações (MECW, 1986C, p. 417). Portanto, Marx referia-se a percursos *espontâneos* — não limitados às determinações biológicas — que destilaram diversas formas sociais (MECW, 1986C, p. 400). Em suma, estas formas sociais apareciam como naturais porque atuavam como base e herança societária, eram inerentes ao ser social e adquiridas inconscientemente, mas forjadas pela capacidade genérica do trabalho humano em uma situação histórica particular (BLOOM, 1941).

A nação exclusiva e natural surge, assim, como um produto complexo cuja totalidade dos fatores expressa um caráter e um desenvolvimento *sui generis*. Esta espontaneidade, pela qual se metabolizou a organização societária em uma nação, explica o porquê de Marx ter considerado um “absurdo” a ideia de que diferentes nações pudessem repetir os mesmos caminhos históricos que deram origem à indústria inglesa, à política francesa ou à filosofia alemã. Não obstante, como estes desenvolvimentos eram frutos do trabalho humano, era possível a apropriação de seus resultados: “o que cada nação fez enquanto nação, elas fizeram para a sociedade humana”, isto é: genericamente. (MECW, 1975D, p.281).

A ideia de nação, por si, tratava-se apenas de uma abstração que, para ser eficiente, pressupunha sua determinação histórica em interação com as relações de produção que a articulava (MECW, 1986C, p.37 e pp.41-42). Como marco geral, o conceito transcendia a sociabilidade capitalista: tanto porque a formação

das nações antecedeu ao capitalismo, como por poder ainda estar presente no caso do advento da sua superação, como Marx chegou a sugerir (MECW, 1986B, p.7). Não obstante, a perspectiva da existência de nações, uma vez superado efetivamente o capitalismo, compõe um ponto tão polêmico quanto especulativo. Num momento em que a burguesia acusava o comunismo de se opor à nação, Marx disse que, após a revolução social, a nação seria reorganizada pelas classes trabalhadoras e perderia seu caráter burguês. Mas o que seria uma nação em uma sociedade sem opressão entre as classes e países? Talvez uma "nação da classe trabalhadora" ou "nação burguesa" (MECW, 1986B, p.491; 1978, p.56). Se as classes e o Estado desaparecessem, a "nação" precisaria ser baseada em outros elementos da organização social.

A despeito das deduções, o que se estabeleceu de forma clara foi que, por um lado, a nação não particularizava o capitalismo ou outras formas da sociabilidade — e, assim, não as explicava adequadamente —, pois não era possível apreender por intermédio desta categoria as diferentes características dos variados modos de produção. Por outro lado, o marco nacional auxiliava a especificar um estágio de desenvolvimento no conjunto da história humana: “a oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais” (MECW, 1976A, p.64). Portanto, o surgimento da configuração nacional tem como pressuposto uma cisão da população em duas grandes classes em oposição — cidade e campo — baseada diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A oposição entre cidade e campo, para Marx e Engels, apenas passou a existir no interior da propriedade privada. (MECW, 1976A, p.51).

Lembremos que, segundo Eric Hobsbawm (1990), a "questão nacional" surgiu especificamente com a transformação capitalista na Europa e tem sua origem vernacular anterior nas línguas românicas, adquirindo na Alemanha uma interação complexa com a ideia de "povo" (Volk). Desde antes do século XVI, a palavra foi usada como estrangeirismo para descrever grupos fechados de outras localidades que precisavam se diferenciar, aproximando-se da ideia de "estrangeiro" e "país natal". No entanto, o seu sentido político moderno começou a ser utilizado sistematicamente a partir de 1830 e tendeu a vincular-se aos processos de "unificações nacionais" de países como a Alemanha e a Itália no século XIX. Portanto, durante o período de consolidação da teoria social marxista, o conceito de "nação" estava em pleno processo de formação.

### *3. Princípio da nacionalidade*

Referindo-se, por exemplo, às origens e ao desenvolvimento histórico, que consubstanciou a Rússia moderna, Marx relacionou a interação entre o Oriente e o Ocidente, destacando a posição de destaque que o país alcançou entre as nações europeias. Neste sentido, enfatizou a luta histórica entre barbárie e civilização. Para o autor, as nações modernas possuíam caráter feudal ou capitalista, relacionando-se às relações produtivas predominantes e às formas de organização de poder em disputa. A Rússia representava as forças do passado (arcaicas) e contrarrevolucionárias, enquanto a Inglaterra e a França estariam prenhes do futuro e da revolução. Os autores definem, assim, o diapasão para uma classificação geral do mundo entre tendências da civilização e da barbárie, que orientava a análise das lutas de classes e as fronteiras do "atraso" ou "progresso" (MECW, 1986A, pp.75-76).

Na França e na Inglaterra, a população em contenda com as composições políticas coetâneas, assim como a Rússia, exercia

influência poderosa no tabuleiro internacional. A análise marxiana sobre a questão nacional se baseava na visão de uma totalidade mediada pelos interesses de classes, distinguindo os movimentos nacionais em relação aos seus papéis na revolução proletária (MECW, 1986A, pp.190-191). A representação da nacionalidade — que adquiria o significado de Estado nacional (MECW, 1986B, pp. 501-502) — tornou-se mediadora das lutas de classes e foi desenvolvida teoricamente pelo bonapartismo, que utilizou campanhas de anexação territorial para afirmar o "princípio da nacionalidade".

Marx desdenhou o "princípio da nacionalidade" de maneira sarcástica, enquanto Engels o criticou como uma invenção bonapartista para sustentar o despotismo na França. O Tratado de Viena, em 1815, redesenhou as fronteiras dos Estados europeus sem considerar as vontades das populações envolvidas, dividindo grandes nações como Alemanha, Polônia e Itália, e tornando o problema da unificação nacional a antessala de todos os movimentos políticos da região (MECW, 1985A, p.155).

Segundo Engels, na Europa não havia nenhum país sem diferentes nacionalidades sob o mesmo governo e as fronteiras estatais não correspondiam às fronteiras naturais das nações, as linguagens. A maioria das grandes nações estava fracionada em nacionalidades e continha partes periféricas que muitas vezes se vinculavam à vida nacional de outros povos, em decorrência do lento e confuso desenvolvimento histórico de mil anos anteriores (MECW, 1981, p.156). Engels distinguia entre o "princípio da nacionalidade" e o antigo princípio operário e democrático, que garantia o direito à existência independente das grandes nações europeias. O princípio bonapartista criou duas questões: a fronteira entre os grandes povos históricos e a independência das pequenas "reliquias" absorvidas por outras nações mais poderosas (MECW, 1981, p.157).

O periódico Nova Gazeta Renana (NGR), editado por Marx e Joseph Weydemeyer, circulou entre 1º de junho de 1848 e 19 de maio de 1849. Durante este período, Engels foi responsável pela seção de política internacional. Entretanto, de acordo com Roman Rosdolsky (1980), a posição de Engels em relação aos povos eslavos foi arbitrária, baseada em preceitos hegelianos que os consideravam incapazes de obter autonomia nacional no futuro, devido à falta de um sistema estatal vigoroso no passado. Embora Hal Draper (2011) concorde que houve um tratamento descabido de Engels aos povos eslavos, também pontua um exagero por parte de Rosdolsky. Se o caso fosse mero racismo, não haveria motivo para Engels poupar os eslavos poloneses e magiares. Além disso, se fossem nacionalistas germânicos, teriam apoiado Bismarck, o que não ocorreu.

Como veremos, a ampliação da consciência dos autores, no que concernia aos povos “bárbaros”, explicitou com clareza as posições de Marx e Engels que, longe de fundarem suas análises em um suposto “racismo”, ancoravam-nas em contradições das lutas políticas do período (MAYER, 1935, p.423). Em geral, uma apropriação mais adequada da questão “bárbara” acompanhou o crescente caráter contrarrevolucionário da burguesia ocidental e o desenvolvimento dos estudos antropológicos que ocorreram no final do século XIX.

#### *4. Classes sociais e nação*

Como vimos, é latente na interpretação de Marx e Engels que a Europa, desde 1789, teve duas tendências opostas: a França, representando o avanço da "civilização ocidental", e a Rússia, com postura reacionária. A luta pela anexação da Polônia espelhava esse conflito. As nacionalidades eslavas, espalhadas pela região, ganhavam importância nesse contexto (MECW, 1983B, p.85). Na análise de Marx, o modelo clássico do Estado-nação na “civilização ocidental” foi aquele impulsionado pela

Revolução Burguesa (MECW, 1986B, p.484). A Restauração e a Monarquia de 1830 intensificaram a divisão do trabalho no Estado e na sociedade civil, bem como a luta contra a Revolução de 1848, que levou ao reforço da centralização do poder governamental e à repressão aos movimentos populares. As revoluções aperfeiçoaram a máquina estatal e resultaram em grandes exércitos permanentes, burocratas e débitos nacionais (MECW, 1986B, p.484).

Durante a monarquia absolutista, o Estado serviu como meio de luta da sociedade moderna contra o feudalismo, mas também foi usado para subjugar as liberdades populares sob o primeiro Napoleão e como instrumento da Revolução Francesa para impulsionar a pugna exterior. Sob o Segundo Império, o Estado francês teve seu último desenvolvimento (MECW, 1986B, pp. 484-485). Neste contexto, o processo histórico francês mobilizou toda a Europa e suas colônias, que viam ruir a articulação do Antigo Regime com o avanço das sociedades industriais. A questão da viabilidade dos Estados-nacionais dependia da organização da economia dentro das barreiras propostas à unidade política (MECW, 1975, p. 9).

O critério central utilizado por Marx ao tratar da constituição do Estado-nação — que se mesclava com o problema da emancipação nacional — era a contribuição para o progresso da luta internacional. Mesmo a luta de independência de pequenas nações, que *a priori* não tinham condições para desenvolver uma indústria moderna, foram defendidas por ele na medida em que favoreciam o desenvolvimento da contenda internacional, como bem ilustra o caso irlandês.

A Irlanda chamou atenção de Marx em várias ocasiões, em geral, devido a sua relevância para os latifundiários ingleses. A crise que levou a Irlanda a um período de fome extrema, em 1847, foi, por exemplo, explicada como parte de um conjunto de crises

inglesas, que deu base às revoluções de 1848-1849 no continente europeu (MECW, 1978, pp.490-491 e p.492). As sucessivas gerações de latifundiários ingleses, que exploravam por vários séculos a ilha vizinha, levaram os irlandeses à absoluta miséria; e os jornais burgueses, como *The Times*, relacionavam as dificuldades do país às “falhas aborígenes da raça celta” (MECW, 1979B, p.159).

As atividades políticas na Irlanda afetavam os desdobramentos políticos da potência britânica. Através dos séculos de dominação, a sociedade irlandesa tinha sido reconfigurada pela revolução anglo-saxã, no curso da qual o sistema agrícola irlandês foi substituído pelo inglês, as pequenas posses deram lugar às grandes, e o capitalista moderno tomou o posto do velho proprietário de terras (MECW, 1980B, p.80). Em 1870, Marx viu na independência irlandesa um dos acontecimentos mais importantes do ponto de vista da revolução social. O autor não mudou a sua compreensão de que uma revolução social somente poderia ser efetivada se alcançasse o “coração” do sistema industrial moderno, mas apontou outro caminho para atingi-lo.

Marx via a Inglaterra como um possível ponto de partida para uma revolução social, já que sua posição no mercado mundial permitiria que qualquer mudança em suas condições econômicas afetasse todo o mundo. A revolução nacional irlandesa golpearia a grande propriedade de terra inglesa e, portanto, o poder inglês (MARX, 1934, p.106).

Para ele, embora a iniciativa revolucionária viesse provavelmente da França, “somente a Inglaterra pode servir como alavanca para uma revolução econômica”, ou seja, “como resultado da sua posição dominante no mercado mundial, é o único país onde qualquer revolução em suas condições econômicas deverá reagir diretamente sobre o mundo inteiro” (MARX, 1934, p. 106). Chama atenção como o autor levou em consideração as inclinações dos dois povos no interior da classe trabalhadora:

O ardor revolucionário do trabalhador celta não se mistura com a natureza sólida mas lenta do trabalhador anglo-saxão. De fato, em todos os grandes centros industriais da Inglaterra existe um profundo antagonismo entre o irlandês e o operário inglês. O trabalhador médio inglês odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que reduz seus salários e seu padrão de vida. Eles se voltam às antipatias nacionais e religiosas irlandesas, considerando-os tanto quanto os pobres brancos dos Estados do sul da América do Norte consideravam os escravos negros. Esse antagonismo entre os proletários da Inglaterra é artificialmente encorajado e alimentado pela burguesia, que sabe que essa clivagem é o verdadeiro segredo da manutenção de seu poder (MARX, 1934, p. 108).

O problema nacional — e, indiretamente, a questão racial norte-americana — mesclou-se com a luta da classe trabalhadora. A revolução irlandesa seria um golpe na classe senhorial inglesa e resolveria os conflitos dentro da classe operária inglesa. A revolução na Irlanda não traria a revolução em si mesma, mas facilitaria o processo para revolucionar a Inglaterra.

Verifica-se, portanto, que o conceito de classe social e, principalmente, o objetivo da revolução social mantiveram sempre preponderância na articulação da análise de Marx. A questão nacional colocava-se como uma herança histórica das populações, da mesma forma, a unificação de um Estado-nação colocava-se como elemento necessário para o desenvolvimento da produção capitalista. Mais do que isso, o apelo à nacionalidade tornou-se uma forma das classes dominantes contraporem-se ao movimento operário, uma vez que a luta de classes era denunciada como uma tentativa de destruir a nação, como no caso da Comuna de Paris em 1871. Neste sentido, pode-se inferir que a nação — entendida como nexó “natural” herdado pelos povos, portanto, uma força popular — tornou-se elemento de disputa entre as classes sociais que buscavam conduzir a transformação social.

## 5. *Empresa civilizacional*

A concepção de nação que Marx utilizou para as suas intervenções sobre as disputas entre os povos europeus foi aplicada também para avaliar as conquistas coloniais que se realizavam naquele período. Neste processo, o autor tendeu a distinguir as colonizações que ocorriam com um intuito parasitário e aquelas com potencial industrializante. No primeiro caso, os colonizadores ampliavam as suas receitas com uma ocupação que pouco incentivava a transformação dos países dominados. No segundo, realizavam uma colonização que poderia vincular os interesses comerciais e industriais, impelindo as nações exploradas a introduzir métodos e materiais para um sistema de produção moderno, sendo, portanto, um tipo de colonização superior (MECW, 1998, p. 249). Por isso, Marx preferia que a expansão na Ásia se desse antes pelo capitalismo britânico do que pelo feudalismo russo, bem como encorajava a dominação norte-americana em detrimento da mexicana sobre o Novo México e a Califórnia (MECW, 1998, p. 249).

O caso indiano explicita melhor a sua posição. Pressionado por condições financeiras, Marx realizou uma série de trinta e três artigos para o *New York Tribune*. Destes, doze artigos foram publicados, em 1853; quinze, em 1857; e, seis, em 1858. Não há evidências de que o autor tenha tido um interesse consistente sobre o país antes deste período e foi o pedido de renovação da *Company Charter*, ao parlamento inglês, que desencadeou as suas análises. Ao iniciar a segunda série de artigos, considerou que seus primeiros textos, de 1853, no melhor dos cenários, não passaram de uma ficção judicial, e foi somente após ter tido contato com a obra de Kovalecsky, *Communal Landholdings*, em 1879, que pôde compreender a complexidade do sistema de propriedade da terra na Índia antes da colonização britânica (AHMAD, 1992, pp.231-232).

Foi justamente sobre dois artigos do primeiro período — *The British rule in India* e *The future results of the British rule in India* — que se concentraram as críticas à abordagem marxiana. Nestes textos o autor descreveu a Índia como uma sociedade estagnada, enraizada em um sistema agrário comunal primitivo e obstaculizada pelos limites de uma indústria doméstica, métodos produtivos atrasados, pouca divisão do trabalho, artesanato antigo, pequena produção para troca e pagamento em espécie; o que resultava em extrema pobreza, superstição religiosa, castas sociais e uma moralidade cruel. A indiferença política, a desunião e a fraqueza do povo criaram, de acordo com o artigo, a possibilidade da arbitrariedade, centralização e o poder de déspotas. O isolamento entre as comunidades fez com que houvesse diferentes conquistadores. Assim, em contraste com as frequentes mudanças de dinastias, pairava a estagnação da sociedade (MECW, 1979B, p.132).

Já na sua época, Marx tinha consciência de quão polêmica poderia ser sua posição, chegando a escrever para Engels: “continuo esta campanha clandestina no meu primeiro artigo sobre a Índia, no qual a destruição das indústrias nativas pela Inglaterra é descrita como revolucionária. Eles são muito chocantes. A propósito, toda a administração da Índia pelos britânicos foi detestável e assim permanece até hoje” (MECW, 1983A, p.346). Para o autor, não se tratava da questão de se a Inglaterra tinha ou não o direito de colonizar a Índia, mas se esta dominação externa era preferível ou não em relação a uma colonização que fosse realizada pela Turquia, Pérsia ou Rússia. Segundo a sua análise, a Inglaterra era o primeiro invasor que conseguiria disponibilizar a civilização ocidental à Índia, comportando uma “dupla missão”: por um lado, suprir o atraso da sociedade tradicional; e, por outro, dar as bases para se fundar uma sociedade ocidental na Ásia.

No entanto, a dominação inglesa poderia promover a unidade política da colônia, cimentada por rodovias e telégrafos. Os navios a vapor romperiam o isolamento do país, um exército nacional, junto a uma imprensa livre e a oportunidades educacionais, poderia ser útil nas futuras lutas pela independência indiana. Assim, a colonização inglesa poderia ensinar a Índia como “colocar-se sobre seus próprios pés”, (MECW, 1979B, p.132)

Estudos recentes sobre a Índia mostram que algumas das análises de Marx estavam equivocadas, como no caso do caráter estacionário da população, influenciado pelo debate europeu anterior, especialmente o hegelianismo. Marx percebeu as debilidades de suas análises factuais e abandonou a ideia de que a colonização traria crescimento industrial. Em uma carta de 19 de fevereiro de 1881, dois anos antes de sua morte, ele denunciou a dominação britânica como parasitária (AHMAD, 1992, p.233; ANDERSON, 1974, p.469, p.477):

Na Índia, sérias complicações, se não uma explosão geral, está reservada ao governo britânico. O que os ingleses tiram deles anualmente na forma de aluguel, dividendos para ferrovias inúteis aos hindus, aposentadorias para militares e civis, para o Afeganistão e outras guerras, etc. etc. — o que tiram deles *sem qualquer equivalente e bem separados* do que anualmente se apropriam para si mesmos *dentro* da Índia, falando apenas dos valores das *commodities* que os indianos devem enviar gratuitamente e anualmente para Inglaterra; um montante *maior que a soma total da renda de 60 milhões de trabalhadores agrícolas e industriais da Índia!* Isto é uma sangria, com uma vingança! Os anos da fome pressionam uns aos outros e *em dimensões* que são até agora insuspeitas na Europa! (MECW, 1992, pp.63-64)

O pensador comunista não compartilhava das visões românticas sobre a colonização britânica. Ele reconhecia que a miséria imposta pela Inglaterra diferenciava-se das experiências anteriores na região, mas percebeu que a intervenção inglesa,

especialmente a supressão da propriedade comum do solo, foi um "ato de vandalismo" que empurrou o povo indiano para trás (MECW, 1989, p.365).

A partir dos artigos sobre a Índia, ampliou-se os interesses de Marx e Engels. Os estudos, conhecidos como *Formações Econômicas pré-capitalistas*, foram sistematizados a partir da leitura de autores clássicos e materiais do Oriente, e documentos sobre experiências comunais na Europa (HOBSBAWM, 1985, p.24). A primeira periodização histórica ocorreu em *A Ideologia Alemã* e, nas *Formações Econômicas*, a compreensão sofisticou-se com as descobertas antropológicas, incluindo as obras de Georg von Maurer, estudadas por Marx em 1868, e as publicações antropológicas de Lewis Morgan, em 1877 (HOBSBAWM, 1985, p.34).

Engels foi fortemente influenciado pelos trabalhos de Georg von Maurer e Lewis Morgan, o que se reflete em suas obras, como *A Marca* e *A origem da família*, propriedade privada e do Estado. Este último livro foi considerado por Engels como a execução de um testamento de Marx, que planejava expor os resultados das investigações de Morgan em relação às conclusões da análise materialista da história (MECW, 1990A, p.131).

## 6. *Barbárie e civilização*

Dentro da “concepção materialista da história”, que tomou a produção e a reprodução da vida imediata como fatores decisivos, Engels destacou dois elementos centrais: a produção dos meios de existência, como a elaboração alimentícia, habitação e os instrumentos necessários a essa atividade; e a produção do próprio ser humano, “a continuação da espécie” (MECW, 1990A, p.131). Nesta formulação, destacou-se o papel da família, cuja história, como o próprio Engels esclareceu, tinha como principal

referência, até o início da década de sessenta, a Bíblia — fato que contribuía para a naturalização do patriarcado e o modelo familiar e sexual burguês.

Morgan destacou a importância da família como elemento ativo da organização social, enquanto os sistemas de parentesco eram passivos, segundo Marx. A família e o sistema de parentesco seriam a gênese da sociedade civil e do Estado. Os estudos reunidos do "novo mundo" permitiram uma reconstrução lógica das várias formas de organização familiar, rompendo preconceitos comuns da época, como o papel social dos homens e das mulheres sob o matriarcado. A revolução na organização social ocorreu com a ampliação da riqueza e a introdução da propriedade privada, promovendo a escravidão de outros povos e o domínio da mulher (e dos filhos) sob o direito hereditário paterno (MECW, 1990A, p.165).

A constituição da civilização teve um caráter contraditório, por meio do qual tudo o que produzia era “dúbio, ambíguo, equívoco”: gerou uma sociedade cindida em classes, encobrendo as desigualdades sob um manto jurídico. Por outro lado, as sociedades primevas da fase selvagem e da barbárie ganharam aos olhos de Engels traços morais mais consistentes devido ao seu vínculo comunal (MECW, 1990A, p. 202 e p. 203). Na organização social pelo sistema de parentesco, antes da divisão em classes, o comunismo primitivo elevou-se em relação à sociedade civilizada.

Com o surgimento do sistema político civilizatório sobre a organização gentílica grega, a riqueza passou a ser valorizada como bem supremo e criou-se uma instituição para assegurar as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas: o Estado. Este perpetuou a divisão de classes, sendo inicialmente expresso pela forma policial. Após as invasões germânicas, a civilização construída na Grécia e Roma desapareceu. A administração e o direito romano dissolveram as antigas uniões

gentílicas e a independência local e nacional. (MECW, 1990A, p. 247).

Dois fatos fundamentais, que cresceram espontaneamente, governaram a história primitiva das nações: “o agrupamento de pessoas de acordo com parentesco e a propriedade comum do solo” (ENGELS, 1902, pp.5-6). O processo de expansão do Império Romano fomentou elementos que se conjugaram às configurações naturais, sem, no entanto, terem sido eficientes para fundar novas nações. O Estado romano tornara-se uma enorme máquina destinada à exploração dos seus súditos que — por meio dos impostos e prestações pessoais — mergulhou a massa do povo na pobreza e em toda sorte de extorsões dos governadores, fiscais, soldados (MECW, 1990A, p. 248).

As fusões entre as tribos germânicas e os fragmentos do Império Romano, durante cerca de quatrocentos anos, produziu “as nacionalidades modernas, a refundição e a reorganização na Europa ocidental para a história iminente” (MECW, 1990A, p. 254), agora reorganizadas com base em grandes latifundiários e camponeses servos.

Desta forma, foram as “invasões bárbaras” que reavivaram a Europa e forneceram os elementos para a composição das nações modernas — não devido a um “poder milagroso e inato na raça germânica, como querem os nossos historiadores chauvinistas”, mas sim, por obra da “barbárie e sua constituição gentílica” (MECW, 1990A, p. 255).

O que se destacou na interpretação renovada de Engels, pautado nas anotações de Marx e nas então recentes descobertas antropológicas, foi uma tendência a requalificar a dicotomia barbárie e civilização. Na primeira, destacou-se elementos positivos presos aos laços comunitários, que não apagavam as suas debilidades nas relações produtivas, misérias e brutalidades. Enquanto a civilização, apesar dos avanços das relações

produtivas, tendia à perpetuação da miséria, da opressão e à decadência das relações sociais. Foi junto ao desenvolvimento desta concepção positiva da barbárie que se deu o interesse de Marx sobre as comunidades rurais russas, que, para Michel Lowy (2013), significou uma verdadeira viragem de Marx e Engels em relação à possibilidade de revoluções comunistas ocorrerem em países não industrializados.

Vera Zasulich, em 1881, escreveu a Marx sobre a popularidade dele entre os movimentos sociais russos e as dificuldades em aplicar sua teoria aos camponeses. Marx respondeu brevemente, deixando claro em seus rascunhos preparatórios à resposta que sua explicação sobre a acumulação primitiva em *O capital* se aplicava exclusivamente à Europa ocidental e negando que fosse uma teoria geral aplicável a todos os povos. Assim, esta especificidade do processo ocidental, apesar de possíveis generalizações, não se aplicava à Rússia. (MECW, 1989, p. 349).

Outro elemento positivo que cogitou, em relação à possível transição direta da Rússia ao comunismo, era o fato deste sistema de comunas rurais ainda permanecer atuante em um momento em que o próprio capitalismo estava “numa crise que só terminará com a sua eliminação, com o retorno das sociedades modernas ao tipo ‘arcaico’ da propriedade comum [...] Por conseguinte, não há porque deixar-se atemorizar pela palavra ‘arcaico’” (MECW, 1989, p. 350). A “vitalidade natural” que fez com que modalidades de “comunas agrícolas” existissem até aquele momento na Europa impressionava o autor, pois tinha sido o elemento que se tornou o único foco de liberdade e de vida popular durante toda a Idade Média.

Teoricamente, portanto, Marx assumiu que seria possível passar de forma direta das comunas agrícolas para o comunismo, sem o país precisar seguir o caminho europeu, mas ponderou que o processo histórico russo, desde a emancipação dos camponeses, em 1861, colocou a comuna russa “em condições econômicas

anômalas e desde esse tempo não cessou de sucumbir às forças sociais concentradas em suas mãos” (MECW, 1989, p. 354) — intensificando sua degradação e impulsionando o desenvolvimento do Estado russo às custas dos camponeses. A única forma de salvar a comuna russa seria efetivando a tão esperada revolução mundial (MECW, 1989, p. 426).

### 7. *Considerações Finais*

Como apontou Szporluk (1988), entre 1815 e 1848, a questão alemã não deixava de ser também uma questão nacional. Na verdade, o problema da unificação nacional alemã foi um dos principais problemas políticos da Europa da segunda metade do século XIX. Como vimos, Marx e Engels trataram do tema secundariamente, comparados, por exemplo, a Friedrich List (CHAGAS, 2019), justamente por entender que a resolução dos conflitos da região só pudesse ocorrer a partir da superação do capitalismo como um todo e por meio de uma revolução mundial capaz de transformar as relações sociais a partir da Inglaterra.

Os estudos marxistas sobre a nação concentraram-se principalmente nos debates a partir da Segunda Internacional Comunista e se ampliaram com as contradições da Revolução Russa e seus desdobramentos. Autores como Horace Davis, que buscaram articular uma teoria marxista sobre a nação, não avançaram na explicação científica do tema quando comparados a outras linhas teóricas. Já o enriquecimento das reflexões de Marx e Engels, ao acompanhar o desenvolvimento histórico das relações coloniais e ao entrar em contato com estudos etnográficos, parece abrir novas possibilidades interpretativas. Por exemplo, a fortuna crítica em relação ao debate da antropologia contemporânea, como Piero Leiner (2016)

demonstra em seu artigo *Marx e a Antropologia: notas sobre uma relação subliminar*.

Para além das influências que os pais do marxismo legaram no desenvolvimento teórico da antropologia, por meio de autores como Levi-Strauss e Maurice Godelier, destaca-se o esforço de Lawrence Krader em sistematizar os estudos etnográficos de Marx e Engels. O antropólogo norte-americano estudou e organizou os cadernos etnográficos de Marx a partir dos manuscritos depositados no *International Institute of Social History*, em Amsterdam, e publicou, em 1972, *The ethnological notebooks of Karl Marx*, com um rico aparato crítico. Além disso, produziu diversos artigos e livros até o final dos anos 1970, desdobrando suas descobertas. Estas notas sobre etnografia são as mesmas utilizadas por Engels para compor *A origem da família, propriedade privada e do Estado*.

Dentre os elementos importantes a ser destacado da análise de Krader é a diferenciação entre as interpretações de Marx em relação às Engels no que concerne os estudos de Lewis Morgan, Henry Maine e John Phear. Outro aspecto relevante é que todos os materiais etnológicos anotados por Marx em seus cadernos tratavam sobre a evolução social da humanidade (KRADER, 1979, p. 155). Mas a influência do “evolucionismo” nas reflexões marxianas contrasta como as conclusões de Engels, que tinha uma visão mais positiva a evolução e produziu uma análise talvez mais rígida do que as análises que Marx estava desenvolvendo, como, por exemplo, nos rascunhos à carta de Vera Zasulitch.

Um parêntese. No Brasil, Darcy Ribeiro apontou em *O processo civilizatório*, de 1968, que a interpretação “evolucionista” de Marx e Engels diferiam. Diga-se de passagem, os estudos de Darcy Ribeiro (2001A, 2001B, 2017) foram também pioneiros ao buscar uma compreensão da questão nacional por meio da etnologia no início da década de 1970, destacando, por exemplo, que a dimensão étnica possui maior

relevância analítica que as classes sociais em diversas circunstâncias das lutas políticas.

Um ponto que é importante destacarmos é que, apesar do refinamento teórico de Marx e Engels, os pensadores tiveram muitas dificuldades para lidar com diversas situações históricas concretas em relação aos países “atrasados” e “periféricos”. O caso mais expressivo, nos parece, é a evolução da análise de Marx sobre a Índia. As posições apresentadas inicialmente, em artigos para jornal, mudaram substancialmente enquanto Marx acompanhou a evolução do colonialismo inglês, desenvolveu novos estudos sobre a propriedade de terra na Índia e sobre as “formações pré-capitalistas”, em geral. (HOBSBAWM, 1985).

Nesta trajetória parece ir ficando claro a Marx o quanto ele pouco entendia sobre o assunto e, simultaneamente, que as perspectivas das missões civilizatórias ocidentais, ao invés de criar condições para os países conquistados se “erguessem sobre suas próprias pernas”, tendiam apenas a atender as necessidades políticas e econômicas dos colonizadores e manter subordinados os colonizados. O filósofo que naquele momento passava a ser consagrado pelos russos como uma autoridade legitimadora de verdades, como denunciou Zaslitch – “As pessoas que apregoam isso se dizem vossos discípulos por excelência: ‘marxistas’. Seu argumento mais forte muitas vezes é: ‘Foi Marx quem disse isso’” (ZASULITCH, 2013, p.59) –, constatou a “vitalidade natural” das etnias ante os processos de transformação social postos em marcha pelo desenvolvimento capitalista (MECW, 1989, p. 350).

### *8. Referências Bibliográficas:*

AHMAD, A. *In theory: classes, nation, literatures*. London: Verso, 1992.

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- ANDERSON, P. *Lineages of the absolutist State*. London: NLB, 1974.
- BLOOM, S. *The world of nations*. New York: Columbia, 1941.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CHAGAS, R. Marx e a revolução ante o atraso do capitalismo alemão no séc. XIX. IN: *Revista Textos e Debates*, nº33, Boa Vista, EdUFRR, 2019. <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v2i33.5964>
- DAVIS, H. *Nationalism and socialism*. New York: Monthly Review Press, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Toward a marxist theory of nationalism*. New York: Monthly Review Press, 1978.
- DRAPER, H. *Karl Marx's theory of Revolution*, vol.5. Delhi: Aakar books, 2011.
- ENGELS, F. Origin of the Family, Private Property and State. *MECW*, vol.26, London: Lawrence & Wishart, 1990A.
- ENGELS, F. *The Mark*. New York: New York Labor, 1902.
- ENGELS, F. What Have the Working Classes to Do with Poland? *MECW*, vol.20, London: Lawrence & Wishart, 1985A.
- GELLNER, E. *Naciones y nacionalismos*. Madrid: Alianza, 2001.
- HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. Introdução. In: MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- KRADER, L. Introduccion. In: KRADER, L. (org.) *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Madrid: Siglo XXI, 1988.
- \_\_\_\_\_. The Ethnological Notebooks of Karl Marx: A Commentary. IN: STANLEY, D. (org.) *Toward a marxist anthropology*. New York, Mouton, 1979.

- LOWŸ, M. Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, K. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. Bauer's Pamphlets on the Collision with Russia. *MECW*, vol.15, London: Lawrence & Wishart, 1986A.
- \_\_\_\_\_. Democratic Pan-Slavism, NRZ n° 222. *MECW*, vol.8, London: Lawrence & Wishart, 1977B.
- \_\_\_\_\_. Drafts of the Letter to Vera Zasulich. *MECW*, vol.24, London: Lawrence & Wishart, 1989.
- \_\_\_\_\_. Economic manuscripts of 1857-58. *MECW*, vol.28, London: Lawrence & Wishart, 1986C.
- \_\_\_\_\_. Economie and Philosophie Manuscripts of 1844. *MECW*, vol.3, London: Lawrence & Wishart, 1975C.
- \_\_\_\_\_. First Address on the Franco-Prussian War. *MECW*, vol.22, London: Lawrence & Wishart, 1986B.
- \_\_\_\_\_. Herr Vogt. *MECW*, vol.17, London: Lawrence & Wishart, 1986A.
- \_\_\_\_\_. Ireland's revenge. *MECW*, vol.14, London: Lawrence & Wishart, 1980B.
- \_\_\_\_\_. Letter to Otechestvenniye Zapiski. *MECW*, vol.24, London: Lawrence & Wishart, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Letters to Dr. Kulgemann*. London: Martin Lawrence, 1934.
- \_\_\_\_\_. Marx to Danielson. 19 February 1881. *MECW*, vol.46, London: Lawrence & Wishart, 1992.
- \_\_\_\_\_. Marx to Engels. 14 June 1853. *MECW*, vol.39, London: Lawrence & Wishart, 1983A.
- \_\_\_\_\_. Marx to Engels. 2 December 1856. *MECW*, vol.40, London: Lawrence & Wishart, 1983B.

- \_\_\_\_\_. Marx to Weydemeyer. 30 April 1852. *MECW*, vol.39, London: Lawrence & Wishart, 1983A.
- \_\_\_\_\_. On Friedrich List's Book *Das Nationale System der Politischen Oekonomie*. *MECW*, vol.4, London: Lawrence & Wishart, 1975D.
- \_\_\_\_\_. Revelations of the Diplomatic History of the 18th Century. *MECW*, vol.15, London: Lawrence & Wishart, 1986A.
- \_\_\_\_\_. The British Rule in India. *MECW*, vol.12, London: Lawrence & Wishart, 1979B.
- \_\_\_\_\_. The capital, book 3. *MECW*, vol.37, London: Lawrence & Wishart, 1998.
- \_\_\_\_\_. The Civil War in France. First Draft. *MECW*, vol.22, London: Lawrence & Wishart, 1986B.
- \_\_\_\_\_. The Civil War in France. *MECW*, vol.22, London: Lawrence & Wishart, 1986B.
- \_\_\_\_\_. The Class Struggles in France. *MECW*, vol.10, London: Lawrence & Wishart, 1978.
- \_\_\_\_\_. The Future Results of British Rule in India. *MECW*, vol.12, London: Lawrence & Wishart, 1979B.
- \_\_\_\_\_. The Indian Question. *MECW*, vol.12, London: Lawrence & Wishart, 1979B.
- MARX, K.; ENGELS, F. Preface to the second russian edition of the *Manifesto of the communist party*. *MECW*, vol.24, London: Lawrence & Wishart, 1989.
- \_\_\_\_\_. Manifesto of the Communist Party. *MECW*, vol.6, London: Lawrence & Wishart, 1976B.
- \_\_\_\_\_. The German Ideology. *MECW*, vol.5, London: Lawrence & Wishart, 1976A.
- \_\_\_\_\_. Review. *MECW*, vol.10, London: Lawrence & Wishart, 1978.

- MARXHAUSEN, T. História crítica das Obras completas de Marx e Engels (MEGA). IN: *Crítica Marxista*, n.39, p.95-124, 2014.
- MAYER, G. *Friedrich Engels*. London: Chapman & Hall, 1935.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2001A.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizatório*. São Paulo: Cia das Letras, 2001B.
- \_\_\_\_\_. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Global, 2017.
- ROSDOLSKY, R. *Friedrich Engels y el problema de los pueblos "sin historia"*. México: Siglo XXI, 1980.
- SIGAUD, L. Doxa e crença entre os antropólogos. *Novos estudos CEBRAP*, n. Novos estud. CEBRAP, 2007 (77), p. 129–152, mar. 2007.
- SMITH, A. *Ethno-symbolism and Nationalism*. New York: Routledge, 2009.
- VERA, Z. Correspondência entre Vera Ivanovna Zaslitch e Karl Marx. In: MARX, K. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.